



2.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas

17.03.2014

Pontos 2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4

Municipália

Declaração de Voto

Fomos confrontados na passada 5ª feira, dia 13, com a marcação desta reunião extraordinária.

Sem que nos tivesse sido transmitida qualquer informação prévia, viemos a constatar pretender-se, como agora aconteceu, a aprovação de documentos estruturais e estratégicos da gestão da Municipália EM, quer do seu passado recente quer quanto para o seu futuro.

Os documentos respetivos ficaram acessíveis durante a manhã de sexta-feira, dia 14, até porque totalmente inesperado, fez com que fosse hercúlica e quase inviável a análise cuidada e ponderada que esta matéria, pela sua importância, impunha e exigia.

Esta é infelizmente mais uma das muitas atitudes que entendemos de desconsideração e desrespeito pela CDU, pelos membros desta bancada legitimamente eleitos e em oposição. Não podemos portanto deixar de, antes da apreciação política do que aqui e agora foi aprovado pela maioria PS/PSD, manifestar a nossa profunda indignação e veemente protesto por este comportamento, lamentavelmente reiterado e bem revelador de como o PS entende o respeito institucional que é devido às outras forças políticas.

Como é sabido, há muito que a gestão da Municipália EM e sobretudo a sua dependência financeira relativamente à Câmara Municipal, era e é contestada pelos eleitos da CDU.

Há muito que a gestão e as decisões políticas que têm sido tomadas pelas maiorias à frente deste município têm merecido a nossa contestação e as nossas maiores reservas.

Infelizmente, o tempo tem comprovado os nossos piores receios e apreensões, quer quanto aos impactos financeiros dessas decisões, quer quanto à estabilidade e valorização dos trabalhadores que na Municipália todos os dias dão o seu melhor. Para eles, uma palavra de especial reconhecimento e agradecimento.



Estas deliberações vêm acentuar ainda mais essa dependência financeira, agora “maquiada” através da transferência de custos e despesas diretamente para a câmara municipal.

É nossa firme convicção que o Plano de Restruturação agora aprovado devia ter sido precedido de uma discussão política de fundo quanto à missão e modelos de gestão e financiamento da empresa. Esta discussão tem sido reivindicada pela CDU há largos anos, e tornou-se ainda mais urgente à medida que nos fomos apercebendo do enorme buraco financeiro em que a Municipália estava a mergulhar e a arrastar a Câmara Municipal. É também nossa firme convicção que, se PS e PSD tivessem tido em consideração as posições da CDU e não tivessem desvalorizado e em alguns casos escondido dos munícipes o descalabro financeiro da Municipália EM, hoje esta empresa não estaria a passar pela situação que atravessa, na iminência de ser extinta pela aplicação da Lei. Ao longo dos anos a realidade comprovou os nossos receios. Anualmente e em média, a câmara tem transferido na ordem de um milhão de euros a título de subsídio à exploração e no final de cada ano assegurado a reposição dos prejuízos, sempre em crescendo.

Como é sabido, estivemos contra a decisão de fusão, em 2007, das duas empresas municipais então existentes – Odivelgest e Odivelcultur – manifestámos então as nossas reservas, o entendimento e defesa de que esta última deveria ser extinta, com a consequente devolução da gestão dos equipamentos culturais ao Departamento Sociocultural da Câmara. Uma posição fundamentada por um lado na nossa conceção de política cultural e por outro na, já então verificada e que se veio a prolongar e a agravar, excessiva dependência financeira, o avolumar de prejuízos e os seus impactos no orçamento municipal.

Em 2012, o PS e o PSD decidiram entregar a gestão do Pavilhão Multiusos de Odivelas à Municipália, opção a que nos opusemos e hoje são já bem visíveis as consequências dessa errada decisão.

Sem qualquer estudo de viabilidade económica, estratégia ou modelo de gestão adequado, um ano depois de construído, decidiu transferir a sua exploração para a empresa municipal, abdicando da definição política da gestão deste equipamento e fazendo dele um balão de oxigénio para manter “ligada à máquina” a Municipália. Os riscos eram muitos e previsíveis. O resultado está à vista.

Finalmente em Dezembro de 2013, face à situação a que chegou a Municipália e aos dados irrefutáveis conhecidos, nomeadamente os do 1º semestre de 2013, com prejuízos que já ultrapassavam os 230 mil euros, bem como a insustentabilidade operacional da empresa como problema estrutural, a CMO avançou com um plano de reestruturação e saneamento económico e financeiro desta empresa. Um plano feito à medida da Lei que o governo entretanto aprovou para o setor empresarial local e no momento e com os termos que o PS entendeu. Sempre com o incondicional apoio do PSD, tal como o foram todas as decisões políticas tomadas no passado e que conduziram a esta dramática situação em que, também na gestão, estes dois partidos sempre foram cúmplices.

Porque nunca foi vontade da CDU extinguir sem mais a Município, e sobretudo pela preocupação quanto à estabilidade dos postos de trabalho, os eleitos da CDU, decidiram abster-se naquela votação.

Os resultados negativos da Município e a sua evolução, só por si, espelham bem as consequências das decisões políticas erradas que foram tomadas ao longo dos anos, quer quanto à empresa municipal em particular, quer de uma forma mais ampla, na gestão de equipamentos municipais.

Na Município, entre 2011 e 2013 os resultados negativos passaram de cerca de 250 mil euros para cerca de 750 mil, uma situação de grande dificuldade entretanto ainda agravada pelas regras legais impostas pelo Governo às empresas municipais através da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, que colocou a Município em estado de “agonia”.

Uma situação que poderia ter sido evitada se, tal como sempre dissemos, tivesse havido vontade política e disponibilidade para uma reflexão séria, a implementação das medidas necessárias e uma adequada e atempada reestruturação da empresa.

Pelo meio, fora de tempo e a reboque da Lei entretanto em vigor, a CMO aprovou em Novembro de 2012 um documento de justificação da viabilidade da Município, assente num parecer que pretendia justificar a continuidade da empresa, mas que, tal como na altura dissemos, mais não foi que uma tentativa desesperada do PS, com a conivência do PSD, em manter a Município com o seu atual quadro de funções. Igualmente, porque nunca defendemos a extinção total da empresa e os postos de trabalho e os trabalhadores foram e continuarão a ser sempre um aspeto, para nós, da maior importância, também nos abstivemos nesta decisão.

Foi agora, e como medida de implementação do Plano de Reestruturação, revogado o contrato de cedência do Multiusos à Município, voltando portanto a sua gestão / exploração a ser responsabilidade direta da CMO, por afirmam “... se tratar de um equipamento gerador de custos de estrutura permanentes, difíceis de assegurar pela empresa municipal.” Quando a Município assumiu a gestão deste equipamento, foi apresentado como sendo a “salvação” de todos os males da empresa. Hoje, afinal, parece que se transformou num verdadeiro “elefante branco”.

A par, reconhece-se no mesmo documento que o município “*continua a manifestar dificuldades na gestão e exploração ... procurando, numa ótica de máxima rentabilização, apoiar-se nesse desiderato através de uma estrutura leve funcional e eficiente.*”

Entende o PS e assim foi decidido pela maioria que tal se atinge assumindo a CMO todos os encargos com funcionamento e manutenção (água, luz, gás, limpeza, vigilância e telecomunicações) enquanto cede à Município a exploração de parte importante do equipamento (3 ginásios) pelo valor simbólico de 650 €/mês e a cedência de exploração do bar por 400 €/mês.

Usando como referência e apenas os encargos com água, luz, gás e limpeza referentes a Dezembro último e que constam do Relatório e Contas da Município, a CMO

passará a ter um encargo anual superior a 300 mil euros e um encaixe de 12 mil e 600 euros.

Esta é claramente mais uma tentativa de desonerar a Municpália e, de forma enviesada, atingir uma consolidação financeira que deveria acontecer, já ter acontecido, através de opções políticas concretas, medidas efetivas de racionalização e boas práticas de gestão.

O reverso da medalha é naturalmente a redução de verbas para investimento, no apoio ao movimento associativo, aos bombeiros, a diminuição dos apoios sociais, medidas de contenção de gastos, etc., etc., com os consequentes efeitos negativos, num momento particularmente crítico e difícil para a população e os agentes concelhios.

A CDU não é nem nunca será conivente com estes malabarismos que prejudicam a população, nada resolvem e só adiam o inevitável.

Também o Relatório e Contas de 2013 agora aprovado é bem o espelho dessas opções políticas erradas e da incompetência da gestão do PS quanto a esta matéria.

No longo historial de exercícios negativos, este ano, o de 2013, é seguramente o pior dos piores. Para além do que fica evidenciado com os 750 mil euros de prejuízo, assume-se expressamente aquilo que era previsível e para o que, em tempo, tínhamos alertado: o PMO, ao contrário do garantido pela presidente em 2010, transformou-se num elevadíssimo “*centro de custos*” sem qualquer correspondência próxima quanto à oferta e possibilidade de uso e fruição pela população e movimento associativo do concelho.

Naturalmente que o Plano e Orçamento e o Contrato Programa, também agora aprovados se revelam igualmente como a tentativa desesperada do PS manter e salvar a Municpália, nos mesmos moldes e com as mesmas funções.

Vale tudo para manter o “barco à tona” e cria-se a ilusão que este é o “*ano zero*” de um novo ciclo.

Por muitas engenharias e habilidades, a verdade é que a Municpália chegou onde chegou e como chegou por responsabilidade exclusiva do PS com o apoio do PSD, que decidiram mal, implementaram pior e insistiram no erro. Estes são os responsáveis. Por tudo isto o nosso voto só pode ser um voto contra.

Mais uma vez reafirmamos a nossa disponibilidade e que tudo faremos para contribuir para uma solução que defenda os interesses da população e do concelho, permita a utilização e fruição destes equipamentos por parte dos munícipes e do movimento associativo, assegure uma gestão racional e eficaz sem nunca perder o sentido de serviço público e o escopo social de uma empresa municipal e garanta a estabilidade aos trabalhadores da Municpália.

Odivelas, 17 de Março de 2014